

Mesa: Segurança Pública e Proteção Territorial em Terras Indígenas, Comunidades Quilombolas e demais comunidades tradicionais: o avanço da criminalidade

Apresentação do Programa Território Seguro, Amazônia Soberana

PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
E DA FAIXA DE FRONTEIRA

2026–2030

SECRETARIA NACIONAL DE
POLÍTICAS SOBRE DROGAS
E GESTÃO DE ATIVOS

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA



Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário (CDESC)

Iniciativa da SENAD/MJSP em parceria com o UNODC e PNUD.

Publicações do CDESC



ÍNDICE DE
VULNERABILIDADE AO
CRIME ORGANIZADO +



DESENVOLVIMENTO
ALTERNATIVO NA
POLÍTICA SOBRE
DROGAS +



PROJETOS BACO,
TÂNATOS E CLOACINA +



PROTEÇÃO INTEGRADA
DE FRONTEIRAS +



ESTUDO SOBRE TRÁFICO
DE DROGAS NA
AMAZÔNIA +



DRUG TRAFFICKING IN
THE AMAZON +



ESTUDO SOBRE TRÁFICO
DE DROGAS NA
AMAZÔNIA +

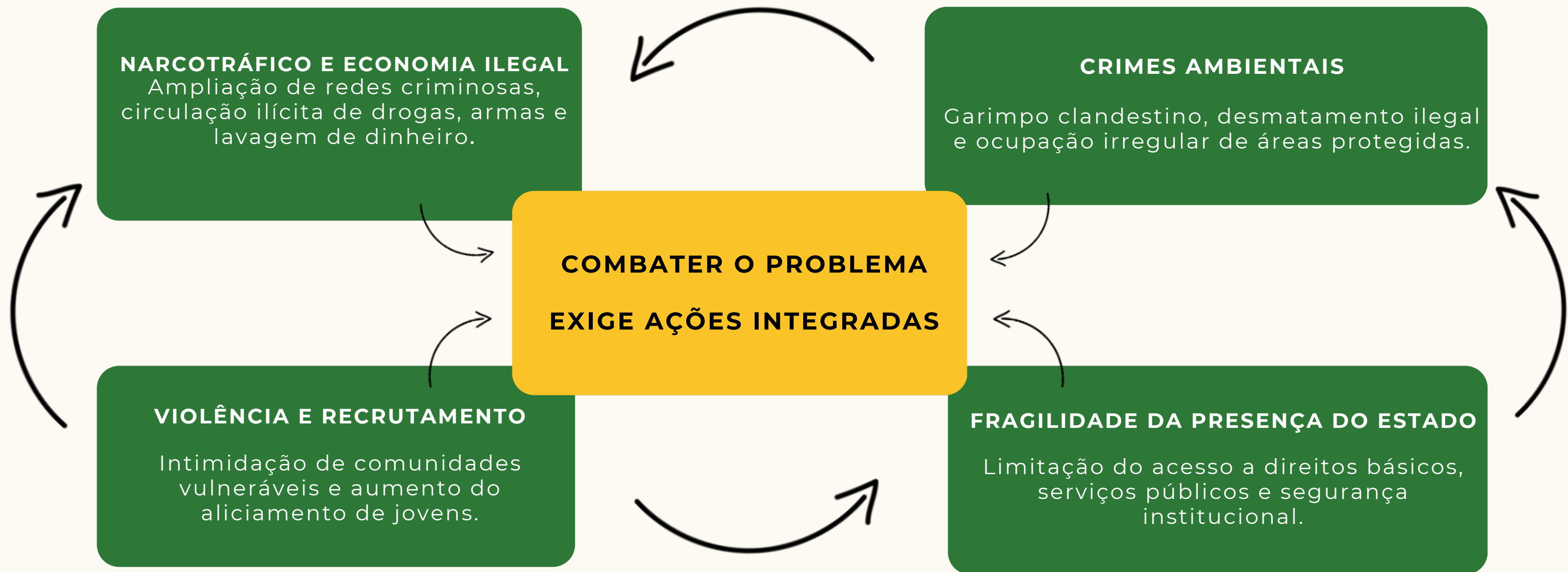


GLOSSÁRIO DE TERMOS
SOBRE DROGAS +



A Interconexão das Vulnerabilidades

O crime organizado se fortalece a partir de fragilidades estruturais e ausência de políticas integradas.



Rompendo com as Políticas de Silos

O crime organizado se fortalece a partir de fragilidades estruturais e ausência de políticas integradas.



MISSÃO DO PROGRAMA

Instituído pela **Portaria MJSP nº 1.220, de 18 de maio de 2026**, o Programa **Território Seguro, Amazônia Soberana** tem como missão:

Enfrentar o tráfico e os crimes correlatos na Amazônia Legal e regiões de fronteira por meio de uma estratégia integrada e orientada por evidências.

Atuar em territórios vulnerabilizados para articular **proteção territorial, repressão qualificada, prevenção e ampliação de acesso a direitos, fortalecendo alternativas econômicas lícitas e sustentáveis** para retomar a soberania e promover a cidadania.



O MOTOR DO PROGRAMA

4 Eixos de Atuação Integrados

Total investido:
R\$ 209 milhões

1- Diagnóstico e Inteligência

Índice de Vulnerabilidade (Parceria SENAD, UNODC e PNUD)

Indicadores e Monitoramento (Parceria FBSP)

Fomento à produção de dados (parceria com SENASP e UFPA, IAMER)

R\$ 7 mi

2- Desarticulação do Crime e Retomada de Territórios

PF:
FICCOs Amazônia e Fronteiras

PRF:
apoio em fronteiras

PF e Interpol:
FICCO Internacional

R\$ 69,1 mi

3- Prevenção e Acesso a Direitos

CRIA - Prevenção e Cidadania

PRONASCI Juventude

Rede CAIS

DPU nas Fronteiras

(em expansão para interior)

R\$ 85,9 mi

4- Ofertas de Alternativas Lícitas de Vida

Editais de fomento a projetos de sociobioeconomia

Parceria com MDIC
(Cadeia do Pirarucu)

Parceria UFAM (Parque Científico Tecnológico do Alto Solimões)

R\$ 47 mi

EIXO 1: Diagnóstico e Inteligência Territorial

Página OBID Amazônia

Índice de Vulnerabilidade ao Crime Organizado (IVCO)

Monitoramento e Indicadores (Parceria FBSP)

Rede de Pesquisadores (UFPA)



Os resultados reforçam a priorização territorial do Programa, orientando ações integradas para proteger territórios indígenas, reduzir vulnerabilidades e ampliar a presença do Estado em regiões estratégicas.

Sobreposição entre dimensões



55%

das TIs com alta vulnerabilidade em Ameaças e Violência também apresentam alta vulnerabilidade em Degradação Ambiental

34%

das TIs com alta degradação ambiental têm baixa vulnerabilidade em Organização Territorial

Faixa de fronteira e povos isolados



0%

nenhuma TI de baixa vulnerabilidade está na faixa de fronteira

61%

das TIs em alta vulnerabilidade estão na faixa de fronteira



Todas

as TIs com faixa de fronteira e presença confirmada ou provável de povos isolados estão nas faixas moderada-alta ou alta

ÍNDICE DE VULNERABILIDADE AO CRIME ORGANIZADO (IVCO-TI)

Inteligência e dados para antecipar riscos e proteger os Territórios Indígenas.

1,7 MILHÃO

de pessoas indígenas no Brasil
(dados mais recentes do IBGE)

51,2%

vivem na
Amazônia Legal

796

Terras Indígenas
avaliadas em rede

7 dimensões que refletem fatores distintos, porém interligados, relacionados à presença do crime organizado e à capacidade de resiliência de comunidades às pressões das atividades ilícitas



Sinais de Atividades Ilícitas

METODOLOGIA - ESTRUTURA DO IVCO-TI

O Índice integra 7 dimensões que refletem fatores distintos, porém interligados, relacionados à presença e às pressões do crime organizado e à capacidade de resiliência de comunidades.

Índice de Vulnerabilidade ao Crime Organizado

Pressões externas – Fatores de risco

Indicadores sociais – Forças coletivas

Organização territorial

Posse de terras e pressões relacionadas à terra; zona de amortecimento na fronteira (150 km); povos indígenas isolados; organizações indígenas.

Degradação ambiental

Alertas de
desmatamento;
alertas de
incêndio florestal;
alertas de
mineração.

Ameaças e violência

Ataques; violência
letal; violência
sexual e física;
assédio;
indicadores de
ameaça e
intimidação.

Sinais de atividades ilícitas

Proximidade a rotas de tráfico (Rota do Solimões); pistas de aterragem não registadas; indicadores indiretos de presença criminosa; dados sobre apreensões de droga (contextuais).

Renda e Habitação

Desigualdade de
renda; setor
censitário; famílias
indígenas em
extrema pobreza;
famílias indígenas
beneficiárias do
Bolsa Família.

Educação

Taxa de alfabetização; distorção por idade/série escolar; taxa de evasão escolar.

Saúde

Mortes de crianças menores de 5 anos; mortes maternas; mortes por desnutrição; baixo peso ao nascer (crianças e adolescentes); suicídios.

33 variáveis utilizadas

(60% são baseados em território)

COMO APRESENTAMOS OS RESULTADOS NO ÍNDICE

5 faixas de vulnerabilidade codificadas por cores, de baixa a alta

Faixa de fronteira e povos isolados



0% nenhuma Ti de baixa vulnerabilidade esta na faixa de fronteira

61% das TIs em alta vulnerabilidade estao na faixa de fronteira

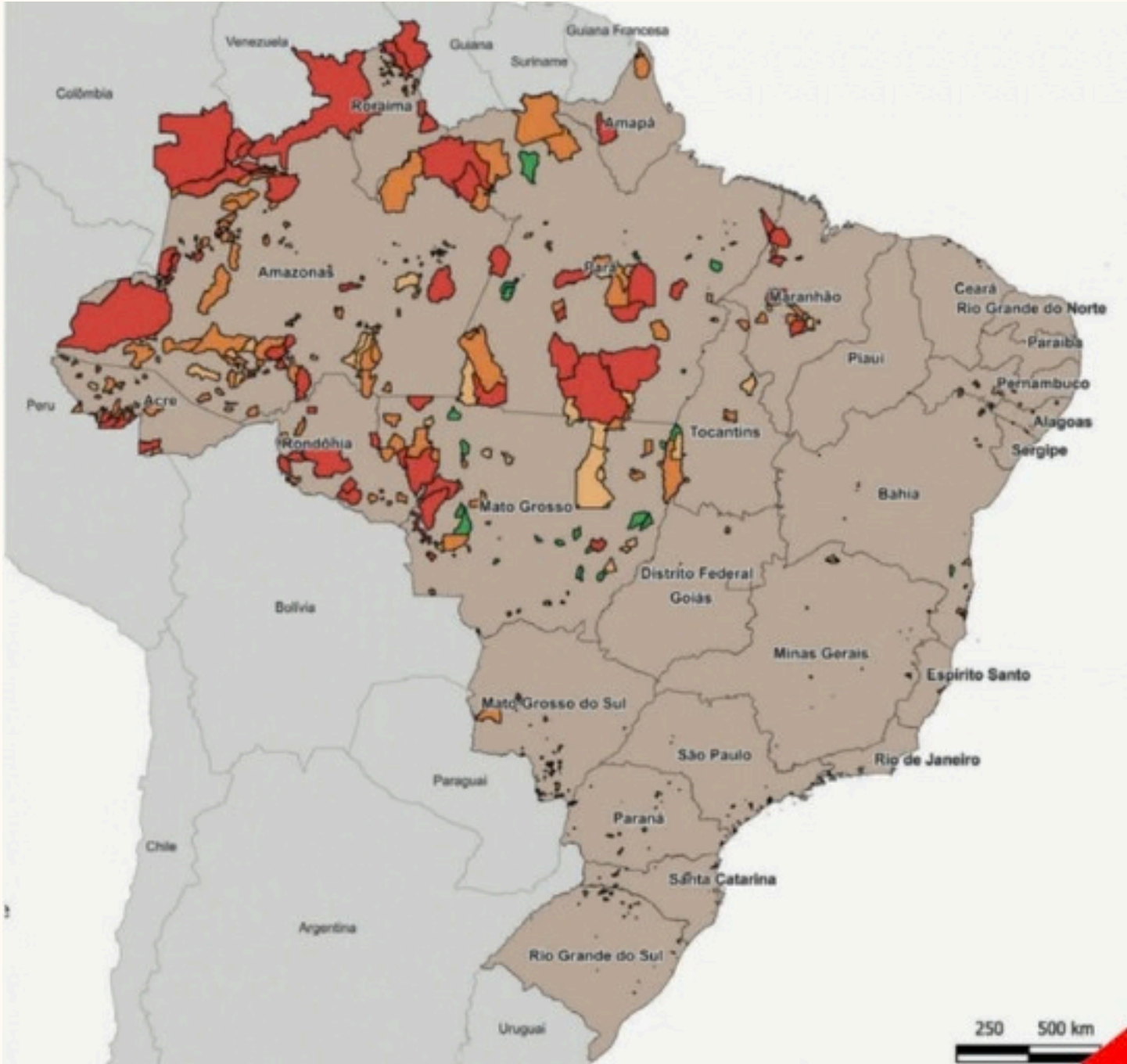


Todas as TIs com faixa de fronteira e presenca confirmada ou provavel de povos isolados estão nas falxas moderada alta ou alta

Faixa de Vulnerabilidade (637 TIs analisadas)

- Alta: 101
- Moderada-Alta: 227
- Moderada: 181
- Baixa-Moderada: 92
- Baixa: 36

Vulnerabilidade Geral ao Crime Organizado em Territórios Indígenas - Brasil



O Programa é focado em Territórios da Amazônia Legal e da faixa de fronteira e, nesta primeira etapa, alcança:

Públicos Prioritários:

Povos e Terras Indígenas:

Foco na soberania territorial e autonomia.

Comunidades Tradicionais:

Proteção de modos de vida e floresta em pé.

Juventudes Vulnerabilizadas:

Prevenção primária contra o recrutamento ilícito.

Populações de Fronteira:

Presença do Estado em corredores transnacionais críticos.



INSTITUTO AMAZÔNICO DO MERCÚRIO (IAMER)

3.500

Pessoas testadas sobre
contaminação de mercúrio

Propostas

concretas de políticas públicas



PROPOSTAS DE POLÍTICAS E SOLUÇÕES PARA PREVENÇÃO
DA EXPOSIÇÃO HUMANA AO MERCÚRIO NA AMAZÔNIA

Relatório Técnico

Agosto de 2026
Belém – PA

EIXO 2: Desarticulação do Crime e Retomada dos Territórios

Polícia Rodoviária
Federal

Estados

INTERPOL

PPIF/GSI/PR

Polícia Federal

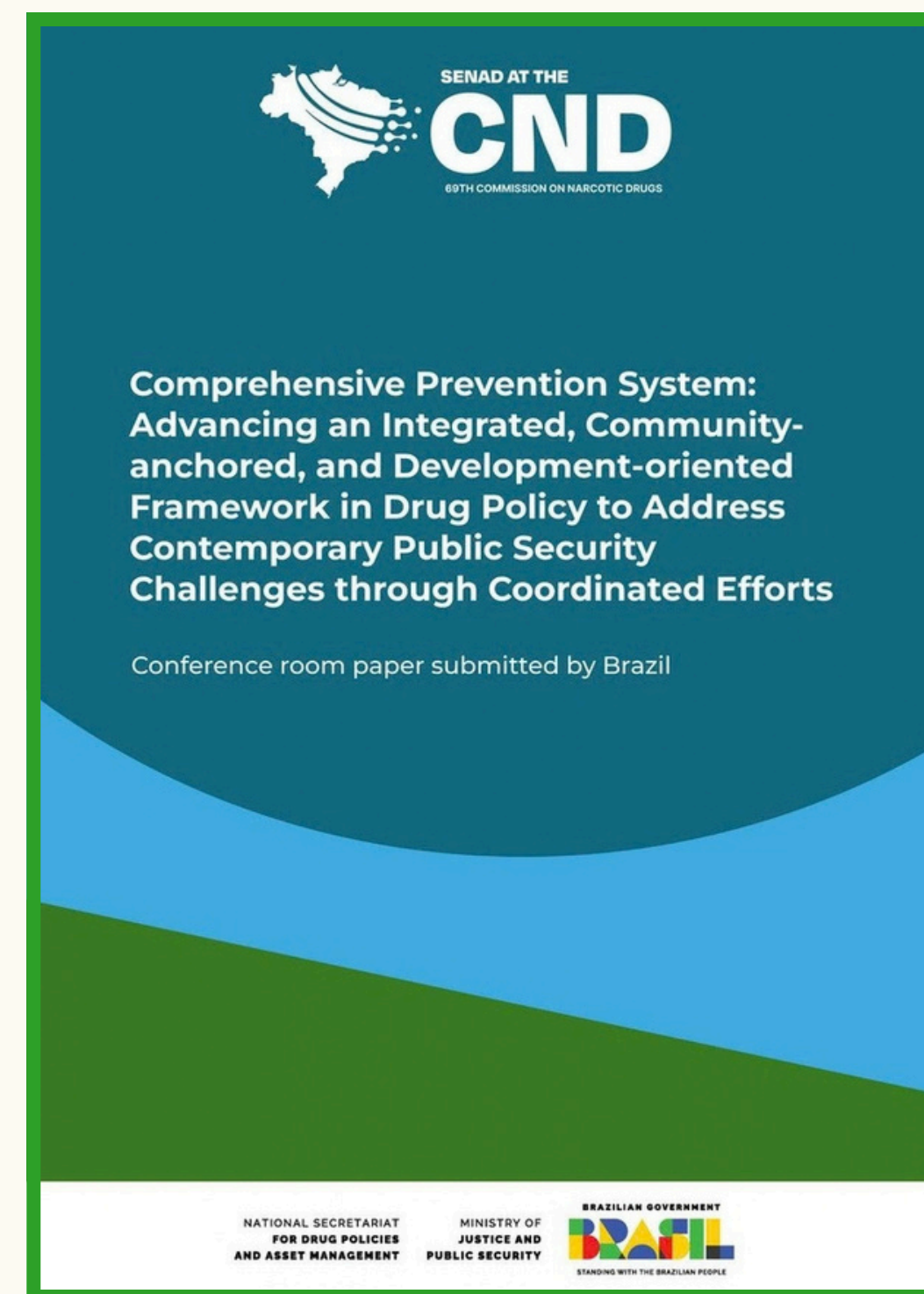
Plano AMAS

FICCOs



Lançamento Base Sul Fronteira

EIXO 3: Prevenção e Acesso a Direitos



EIXO 4: Alternativas Econômicas Sustentáveis de Vida

Desenvolvimento Alternativo adaptado à realidade brasileira

A SENAD desenvolve estratégia complementar às ações repressivas, com fortalecimento de territórios e oferta de atividades lícitas de vida para evitar o aliciamento pelo crime

Desenvolvimento com centralidade nas pessoas, promovendo:

- fortalecimento de economias lícitas;
- inclusão produtiva;
- geração de renda sustentável;
- proteção ambiental;
- redução das desigualdades territoriais.

Tudo isso com foco em comunidades historicamente vulnerabilizadas.

Segurança pública também se constrói com oportunidades, articulando:

- desenvolvimento social;
- justiça climática;
- participação comunitária;
- perspectiva de gênero;
- fortalecimento de juventudes, povos indígenas e comunidades tradicionais.



EIXO 4: Alternativas Econômicas Sustentáveis de Vida

Editais: Futuros Justos, Territórios Seguros (R\$ 24 mi)

Parceria MDIC: cadeia do pirarucu (R\$ 15 mi)

Apoio UFAM (R\$ 7 mi)

Sinergia com projetos de sociobioeconomia já em curso (BID, BNDES)



Mensagem Central

Retomar um território não significa apenas retirar dele uma organização criminosa.

Significa criar condições para que ela não consiga voltar a ocupar aquele espaço.

Isso exige capacidade de investigação e repressão.

Mas ***exige também que direitos sejam efetivos, que as instituições consigam chegar às comunidades, que jovens tenham perspectivas concretas de futuro e que atividades econômicas sustentáveis possam prosperar.***

Proteger o território significa, antes de tudo, fortalecer as condições para que os povos e comunidades que nele vivem possam permanecer, decidir e construir seu próprio futuro.



A large, solid yellow silhouette of the map of Brazil is centered on a dark green background. Inside the map, there is white text.

Território Seguro, Amazônia Soberana

**Territórios protegidos.
Comunidades fortalecidas.
Estado presente.**

SECRETARIA NACIONAL DE
**POLÍTICAS SOBRE DROGAS
E GESTÃO DE ATIVOS**

MINISTÉRIO DA
**JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA**

